

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.505 - AC (2019/0313635-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : BANCO DA AMAZONIA SA  
**ADVOGADOS** : ARMANDO DANTAS DO NASCIMENTO JÚNIOR E OUTRO(S) - AC003102  
FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO - PA011471  
VANDRÉ DA COSTA PRADO - AC003880  
ERICK VENANCIO LIMA DO NASCIMENTO - AC003055  
**RECORRIDO** : F. E. R. LIRA  
**RECORRIDO** : FRANCISCO ELEILSON RODRIGUES LIRA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. PRESCRIÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Banco da Amazônia S.A. contra os acórdãos de fls. 95-100 e 164-169 (e-STJ), proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementados:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO DOS DEVEDORES. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. CONSUMAÇÃO. CAUSA DE INTERRUPTÃO AFASTADA. RECUSO DESPROVIDO.

1. No caso, consumou-se a prescrição pela ausência de causa suspensiva de sua contagem, ou seja, a citação válida dos devedores, consoante previsão do art. 240, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 (equivalente ao art. 219, do CPC/1973), combinado com o art. 202, inciso I, do CC/2002. Despachada a petição inicial, o credor providenciará as diligências necessárias à citação dos devedores. Do contrário, a prescrição não será interrompida, o que culminará no perecimento da pretensão executiva

2. A pretensão executiva do Apelante foi declarada prescrita pela primeira instância, uma vez que, seja com base no art. 206, § 3º, inciso VIII, do CC/2002, seja com arrimo no art. 70, do Decreto n. 57.663/1966, o credor tem o prazo de 03 (três) anos para buscar a satisfação de crédito fundado em cédula de crédito bancário.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destarte, ao considerar que, em 06.03.2012, houve o despacho que determinou a citação dos devedores, a pretensão executiva prescreveu em 06.03.2015, haja vista que a causa de interrupção não se consumou pela ausência de providências da instituição credora para providenciar a citação.

3. Apelo desprovido.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 1.022 DO CPC. COMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. Ausentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 1.022, do CPC/2015, incabível a utilização dos Embargos de Declaração para o reexame de matéria já apreciada e decidida, em vista da discordância com os fundamentos presentes no Acórdão embargado.

2. Embargos de Declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 180-186), aponta o insurgente a existência de dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que a demora na citação não se deu por inércia do exequente, mas sim pelos mecanismos do Poder Judiciário.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 196).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 197-198), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos dos arts. 1.029, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, é inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional quando não verificada a similitude fática entre as hipóteses confrontadas, inviabilizando a análise da divergência de interpretação da lei federal invocada.

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO. NOME EMPRESARIAL. NOME DE DOMÍNIO NA INTERNET. REGISTRO. LEGITIMIDADE. CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

1. A anterioridade do registro no nome empresarial no órgão competente não assegura, por si só, ao seu titular o direito de exigir a abstenção de uso do nome de domínio na rede mundial de computadores (internet) registrado por estabelecimento empresarial

que também ostenta direitos acerca do mesmo signo distintivo.

2. No Brasil, o registro de nomes de domínio na internet é regido pelo princípio "First Come, First Served", segundo o qual é concedido o domínio ao primeiro requerente que satisfizer as exigências para o registro.

3. A legitimidade do registro do nome do domínio obtido pelo primeiro requerente pode ser contestada pelo titular de signo distintivo similar ou idêntico anteriormente registrado - seja nome empresarial, seja marca.

4. Tal pleito, contudo, não pode prescindir da demonstração de má-fé, a ser aferida caso a caso, podendo, se configurada, ensejar inclusive o cancelamento ou a transferência do domínio e a responsabilidade por eventuais prejuízos.

5. No caso dos autos, não é possível identificar nenhuma circunstância que constitua sequer indício de má-fé na utilização do nome pelo primeiro requerente do domínio.

6. A demonstração do dissídio jurisprudencial pressupõe a ocorrência de similitude fática entre o acórdão atacado e os paradigmas.

7. Recurso especial não provido.

(REsp 594404/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 11/09/2013; sem destaque no original);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. QUANTUM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC.

1. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração da divergência mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, e 541, parágrafo único, do CPC).

2. No caso concreto, a ausência de similitude fática entre os acórdãos paradigmas e o decisum recorrido é manifesta, uma vez que apesar de todos tratarem de indenização por dano moral decorrente de indevida inscrição em órgão de restrição ao crédito cada qual possui peculiaridades subjetivas e contornos fáticos próprios conducentes à fixação do quantum indenizatório. Aplicável, por analogia, a Súmula n. 420 desta Corte: "Incabível, em embargos de divergência, discutir o valor de indenização por danos morais".

3. A interposição de recurso manifestamente inadmissível ou infundado autoriza a imposição de multa, com fundamento no art. 557, § 2º, do CPC.

4. Agravo regimental desprovido, com a condenação da agravante ao pagamento de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do respectivo valor (art. 557, § 2º,

# *Superior Tribunal de Justiça*

do CPC).

(**AgRg no AREsp 151.759/SP**, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 04/09/2012).

No caso em análise, falta ao recurso o requisito da similitude fática, pois os julgados paradigmas tratam da prescrição intercorrente, e o caso presente é de prescrição por inexistência de causa interruptiva do prazo (não ocorrência de citação).

Veja-se às fls. 98-99 (e-STJ):

Entretanto, equivocou-se o BASA ao aduzir que a execução foi extinta com fundamento na prescrição intercorrente, modalidade na qual a pretensão de satisfação do crédito é fulminada pela ausência de localização de patrimônio do devedor, inferindo-se, aí, a falta de interesse processual na continuidade da execução, que foi bem regulamentada pelo art. 921, inciso III, §§ 1º e 4º, do CPC/2015.

Na verdade, o fundamentado adotado pela primeira instância é o de consumação da prescrição pela ausência de causa suspensiva de sua contagem, ou seja, a citação válida dos devedores, consoante previsão do art. 240, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 (equivalente ao art. 219, do CPC/1973), combinado com o art. 202, inciso I, do CC/2002.

Nos termos do aludido art. 202, inciso I, do CC/2002, a contagem do prazo prescricional é interrompido pelo despacho do Juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual. E, consoante a legislação de regência, incumbe ao demandante adotar as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de ser afastada a causa de interrupção em comento.

Em suma, a interpretação lógico-sistemática do ordenamento jurídico conduz ao entendimento de que, despachada a petição inicial, o credor providenciará as diligências necessárias à citação dos devedores. Do contrário, a prescrição não será interrompida, o que culminará no perecimento da pretensão executiva.

Nessa linha hermenêutica, a pretensão executiva do Apelante foi declarada prescrita pela primeira instância, uma vez que, seja com base no art. 206, § 3º, inciso VIII, do CC/2002, seja com arrimo no art. 70, do Decreto n. 57.663/1966, o credor tem o prazo de 03 (três) anos para buscar a satisfação de crédito fundado em cédula de crédito bancário.

Destarte, ao considerar que, em 06.03.2012, houve o despacho que determinou a citação dos devedores, a pretensão executiva prescreveu em 06.03.2015, haja vista que a causa de interrupção não se consumou pela ausência de providências da instituição credora para providenciar a citação.

Nessa senda, importa dizer que, se o banco Apelante não conseguiu localizar o paradeiro dos devedores, deveria, então, ter pedido a citação por edital, com base no art. 256, inciso II, do CPC/2015 (art. 231, inciso II, do CPC/1973), encargo do qual não se desincumbiu.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Logo, não há como conhecer do recurso especial fundado na alínea c do permissivo constitucional, por falta de similitude fática entre os casos confrontados.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

